

Índice

A difícil construção do espaço mediterrânico	1
Alemanha: um exemplo na integração de refugiados.....	3

A difícil construção do espaço mediterrânico

Em 23 de fevereiro de 2020, o Papa Francisco reuniu-se em Bari com bispos dos países mediterrânicos, no quadro do encontro de reflexão e espiritualidade “Mediterrâneo, fronteira de paz”, uma continuação do encontro no mesmo lugar com bispos católicos e ortodoxos da região em julho de 2018. Essas reuniões mostram o interesse do pontífice por esta zona geográfica e, de facto, são contínuas as suas exortações para o acolhimento de imigrantes na Europa, os quais fogem de zonas de conflito ou simplesmente de adversas condições políticas, económicas e sociais.

Mas o Mediterrâneo é muito mais do que um lugar de passagem para a imigração, convertido muitas vezes num cemitério. A paz e a estabilidade não existem em muitos países das suas margens do sul e do leste, e isto tem consequências na margem norte. O Mediterrâneo, como encruzilhada de civilizações, reduz-se a um longínquo eco histórico perante a gravidade dos factos que acontecem nalguns dos seus territórios.

Apesar de tudo, as palavras de Francisco são um convite a não se resignar diante de situações que se prolongam desde há muito tempo. Se nos cingirmos à história, poder-se-ia dizer que o único tempo em que houve paz e segurança nas margens mediterrânicas foi o do Império romano. No entanto, [o Papa faz um apelo](#) à construção da mediterraneidade ao salientar que “o Mare Nostrum é o lugar físico e espiritual em que se formou a nossa civilização, em resultado do encontro de diferentes povos. Precisamente em virtude da sua configuração, este mar obriga as culturas e os povos costeiros a uma proximidade constante, convidando-os a assumir a memória do que têm em comum e a recordar que só vivendo em harmonia podem desfrutar das oportunidades que esta região oferece do ponto

de vista dos recursos, da beleza do território e das diversas tradições humanas”.

Uma ideia antiga

Esta ideia de construção de um espaço mediterrânico não é nova. Na década de 50 do século XX, o presidente do município de Florença, [Giorgio La Pira](#) (1904-1977), organizou na capital toscana congressos pela paz a que acorreram personalidades das duas margens mediterrânicas, tanto muçulmanos como cristãos e, inclusivamente, do bloco comunista. La Pira foi uma pessoa adiantada em relação ao seu tempo, um visionário que considerava o Mediterrâneo como “um grande lago de Tiberíades”, uma encruzilhada de culturas, do mesmo modo em que o era o lago da Palestina, na “Galileia dos gentios”, nos tempos de Jesus. O propósito deste político democrata-cristão, hoje próximo dos altares, era construir pontes entre culturas e sistemas políticos diferentes, embora o seu trabalho fosse visto com ceticismo pelos que analisavam as coisas na simples ótica da guerra fria.

Por outro lado, há um quarto de século, a União Europeia iniciou o processo de Barcelona, que se concretizou na Associação Euromediterrânica, tentativa de cooperação entre as margens de três continentes na linha do que havia sido o processo de Helsínquia entre o leste e o ocidente, com programas de cooperação em assuntos políticos e de segurança, económicos e humanitários. O processo evoluiu em 2008, por iniciativa da França de Nicolas Sarkozy, para a União pelo Mediterrâneo, concretizada em estruturas burocráticas mínimas e em programas que não tiveram muita visibilidade. Todavia, o trabalho da Europa foi muito criticado por se considerar que estas iniciativas

não contribuíram para modificar as situações existentes nos países do sul e somente beneficiaram regimes tirânicos em nome da estabilidade na região.

A partir de 2011, as revoltas da Primavera Árabe alimentaram uma ilusão, que tão-pouco levou à transformação do espaço mediterrânico no lado muçulmano. Pelo contrário, trouxeram a ascensão do islamismo político, o estalar de guerras civis ou a implantação de regimes autoritários como alternativa ao caos resultante, sem esquecer que nalguns países as revoltas contribuíram para a perpetuação do imobilismo, pois os governantes assustavam os seus governados com o receio de um vazio de poder.

Ser mediterrânicos

Um dos países europeus que maior interesse tem pelo Mediterrâneo é a Itália, pois encontra-se no seu centro geográfico, e aí têm sido frequentes as iniciativas públicas e privadas sobre o tema. Em abril de 2019, realizou-se um seminário de estudos organizado pela “La Civiltà Cattolica”, a veterana (desde 1850) revista dos jesuítas, e que contou com a participação de especialistas da grande maioria dos países ribeirinhos, nomeadamente de jornalistas e professores universitários. Os seus trabalhos foram publicados no livro “Essere mediterranei. Fratelli e cittadini del ‘Mare Nostro’” (“La Civiltà Cattolica”, Ancora, 2020), que teve a coordenação de Antonio Spadaro.

A obra considera que o “Documento sobre a fraternidade humana, pela paz mundial e pela convivência comum”, [subscrito em Abu Dhabi](#) a 4 de fevereiro de 2019 pelo Papa Francisco e pelo imã da universidade de Al-Azhar (“Aceprensa”, 6.2.2019), pode ser uma destacada contribuição para construir um espaço mediterrânico. Mas, além disso, o livro reflete sobre as forças e as problemáticas que se opõem à construção desse espaço, sem deixar de sublinhar que o Mediterrâneo é o lugar das três religiões monoteístas, as do Deus de Abraão.

Contudo, não se trata, afirma Spadaro, de que as religiões venham a substituir a política. Recordemos que o citado documento sobre a fraternidade humana sublinha o significado espiritual das religiões e denuncia a sua manipulação por essas religiões civis que dão lugar aos fundamentalismos. A política autêntica é a que converte as pessoas em cidadãos, com igualdade de direitos e deveres. O conceito de cidadania está relacionado com o respeito pelas liberdades públicas, que inclui também a liberdade religiosa. O espaço mediterrânico tem a ver, além disso, com construir a confiança entre os vizinhos, uma tarefa que foi, e continua a ser, árdua ao longo do tempo.

No livro, é destacado como um dos maiores obstáculos para o surgimento da mediterraneidade, o aumento da singularidade e das identidades nacionais, uma atitude instintiva de defesa perante o processo de globalização. Houve uma época, a pri-

meira metade do século XX, em que existiu um Mediterrâneo cosmopolita em cidades do Egipto, Turquia, Tunísia ou Argélia, mas os nacionalismos varreram esses ambientes e obrigaram as minorias estrangeiras a transferir-se para a Europa. Todavia, esta afirmação não assume qualquer nostalgia pelo passado colonial que fomentou essas situações, servindo sim para confirmar que toda a situação de isolamento será sempre aproveitada pelos defensores de soberania para preencher vazios e solidões.

Para o desencontro entre as duas margens também contribuiu o que o historiador [Andrea Riccardi](#) chamou a desculturalização das religiões. A única memória histórica foi a dos conflitos seculares, embora se tenham revestido de confrontos religiosos. Os aspetos autenticamente religiosos foram marginalizados pelas políticas identitárias.

Défi ce de fraternidade

Outra interessante reflexão deste livro refere-se às ideias da Revolução francesa, nomeadamente à da fraternidade. A verdade é que o liberalismo e o nacionalismo, filhos dessa Revolução, não cultivaram muito o lema da fraternidade. Na realidade, a França do século XIX, herdeira do espírito revolucionário, pretendeu transportar para o Mediterrâneo as teorias de Saint-Simon e do positivismo, e isto materializou-se na construção do canal de Suez pelo engenheiro Ferdinand de Lesseps. Esta mentalidade insistiu nos aspetos políticos e económicos para orientar o futuro dos povos do sul do Mediterrâneo, mas na sua conceção positivista do progresso, descuroou os aspetos religiosos e culturais, que são um distintivo permanente da região. Talvez não tenha sido muito diferente a abordagem da UE na sua política mediterrânica, com os resultados já conhecidos.

Apesar de tudo, o panorama mediterrânico não é completamente negativo, mesmo que existam conflitos latentes nalguns países ribeirinhos. Pelo contrário, noutros procuraram construir um conceito de cidadania que desvincula a religião da identidade nacional. Uma religião pode ser maioritária entre uma população, mas isso não tem de significar a redução dos cidadãos de outras religiões a indivíduos de segunda categoria. No livro, estudam-se os exemplos da Albânia, Líbano, Marrocos ou da Tunísia posterior à Primavera Árabe, embora isto não tenha sido seguido noutros países, e até se poderia afirmar que o pluralismo político e religioso recuou na região.

O conflito da Síria, que dura desde 2011, foi também nocivo para a construção de um espaço mediterrânico. É uma guerra atroz, de vinganças e extermínios, na qual se viram envolvidas potências estrangeiras como Rússia, Turquia, Irão ou EUA, estes últimos em franca retirada do Médio Oriente. A geopolítica resultante, com a sua sequela de interesses particulares, não favorece a paz e a estabilidade, como tão-pouco o faz a onda de refugiados que ocasionou.

Os autores do livro recordam que o espaço mediterrânico nunca se construirá olhando para o passado. O Mediterrâneo é uma vítima do historicismo. Tal como dizia Predrag Matvejevic (1932-2017), um escritor russo-croata que se considerava o último jugoslavo, interessa mais a retrospectiva do que a perspetiva. Contudo, a construção mediterrânica não se relaciona com a europeia, pois não é uma civilização única, mas um eixo de civilizações. O Mediterrâneo está fragmentado em histórias diversas, que se entrelaçam umas nas outras. O que dá lugar a uma unidade profunda, na opinião do historiador Marco Impagliazzo. As conclusões deste autor, que fecham o livro, insistem no valioso contributo do documento sobre a fraternidade humana, o que pressupõe, do meu ponto de vista, um maior protagonismo para as sociedades civis.

Além disso, o discurso do Papa Francisco, em Bari, sublinha a importância de um facto que marcará a história da região mediterrânica: a imigração. As suas repercussões são e serão evidentes nos países de origem, nos países de trânsito e nos países de destino. Consequentemente, como salienta o pontífice, a consabida retórica do choque de civilizações é inútil, porque só serve para justificar a violência e alimentar o ódio.

A. R. R.

Alemanha: um exemplo na integração de refugiados

Seis anos depois da grande onda de imigração árabe para o país, a aposta em integrar os refugiados através da formação parece estar a dar resultado.

Apesar de não ter costa no Mediterrâneo, a Alemanha é um dos países que mais sentiu a onda migratória que tem atravessado este mar nos últimos tempos: desde 2015, recebeu mais de um milhão e meio de deslocados. Seis anos depois, muitos já falam da “[experiência alemã](#)” como um sucesso.

O pico foi alcançado nos dois primeiros anos, quando chegaram 1,2 milhões de pessoas, fundamentalmente da Síria (cerca de metade), Iraque e Afeganistão. O governo de Angela Merkel adotou então uma política de acolhimento que provocou tensões mesmo dentro do seu partido.

Segundo um estudo elaborado pelo Instituto de Investigação Laboral (Institut für Arbeitsmarkt- und Berufsforschung, IAB), em 2020, quase metade dos refugiados que chegaram no período [encontraram emprego](#), mais do que os da anterior grande onda de imigração para a Alemanha, a de jugoslavos no início dos anos 90 do século passado. Destes, 44 % tinham

trabalho passados cinco anos, e numa altura em que as suas qualificações profissionais e os seus conhecimentos do alemão eram bastante superiores.

Não obstante, como sucedeu noutros episódios de imigração em massa, a integração laboral dos refugiados na Alemanha [ainda tem pontos a melhorar](#), tanto no aspeto quantitativo como, sobretudo, na qualidade do emprego. Por exemplo, o acesso das mulheres imigrantes ao mercado laboral situa-se muito abaixo do dos homens (29 % e 57 %, respetivamente). Por outro lado, somente um terço dos que trabalham tem contrato a tempo inteiro, enquanto que outro terço trabalha a tempo parcial, estando 20 % em estágios remunerados e 12 % dedicam-se a um *minijob* (um emprego de poucas horas e um salário de 450 euros mensais em média).

Uma circunstância favorável

No entanto, outros dados convidam ao otimismo: a percentagem de empregados entre os imigrantes recentes [não deixou de crescer](#) desde 2015, assim como a dos que trabalham em tarefas qualificadas, que constituem já 25 % do total (um dado muito bom tendo em conta que, segundo alguns estudos, só 20 % dos refugiados tinham estudos universitários ou profissionais superiores quando chegaram à Alemanha). Embora os especialistas recomendem cautela, pois noutras situações parecidas o crescimento na integração laboral estagnou passados dez anos, a verdade é que, neste caso, há algumas circunstâncias muito positivas.

Em primeiro lugar, a Alemanha tem tido anos com uma taxa de desemprego historicamente baixa, significativamente menor, por exemplo, do que nos tempos da imigração de jugoslavos. Além disso, segundo todas as previsões, o mercado vai necessitar da entrada de muitos trabalhadores imigrantes, pois a geração do *baby boom* está a começar a reformar-se e não existe substituição só com os nascidos no país. Concretamente, segundo alguns estudos, o país necessitará que cheguem anualmente entre [260 000](#) e [500 000](#) novos imigrantes (a previsão é que a Europa contribua apenas com 120 000). Hoje, estima-se que há na Alemanha cerca de um milhão e meio de ofertas de trabalho, a maioria das quais requer formação profissional.

Em meados de 2019, o governo alemão aprovou uma lei destinada precisamente a [facilitar a chegada](#) de trabalhadores imigrantes com este tipo de formação, em especial de fora da Europa. A partir de agora, os candidatos com formação profissional serão considerados trabalhadores qualificados para efeitos de vistos, o que antes se reservava aos que tinham formação universitária.

Mas a nova lei alemã também pretende ajudar os que ainda não tenham formação profissional ou uma oferta de trabalho na

Alemanha. Aos primeiros, será concedida uma licença de dois anos, durante os quais o seu empregador se compromete a formá-los, para que possam adquirir a qualificação correspondente no final desse período. Para os que chegam sem um contrato laboral, a nova lei permite que fiquem no país durante seis meses enquanto procuram emprego, desde que demonstrem não ser onerosos para o Estado e adquiram nesse período um nível médio de alemão.

jovens refugiados de 18 a 30 anos. Também foram definidas políticas urbanas específicas para evitar a concentração de imigrantes em guetos, como aconteceu com os turcos na sua época.

F. R.-B.

Cursos de integração

Precisamente, a aprendizagem da língua, requisito indispensável para obter a cidadania, está a ser o principal obstáculo para a integração desta nova onda de imigrantes. Daí que as autoridades estejam a tentar que os refugiados possam estudar alemão ao mesmo tempo que se qualificam profissionalmente. A principal ferramenta para isso são os chamados “cursos de integração”. Como o país conta com uma ampla rede de centros de Formação Profissional, normalmente são ministrados nesses locais. Incluem 600 horas de ensino de alemão, mais outras 60 sobre aspetos essenciais da cultura e das leis alemãs. Os dados oficiais sobre a crescente percentagem de refugiados com o nível necessário de alemão constata todos os anos o sucesso destes programas.

Para os refugiados jovens que optam por frequentar estudos universitários – ou continuar os que haviam iniciado nos seus países de origem –, o governo oferece cursos ponte com aulas de alemão e outras sobre conhecimentos e terminologia básicos nos diversos graus. O executivo tão-pouco se esquece dos imigrantes em idade escolar (um terço dos que chegaram desde 2015 tem menos de 18 anos), aos quais atribui uma escola local. Segundo dados oficiais, 95 % deles têm vindo a frequentar regularmente.

Outra ferramenta de integração é a formação profissional dual, muito desenvolvida no país. Muitos refugiados jovens estão a optar por esta modalidade. Assim, enquanto aprendem o idioma e estudam, começam a trabalhar numa empresa alemã, e adaptam-se rapidamente à cultura laboral do país. Na Baviera, a região que mais imigrantes acolheu (especialmente sírios), os refugiados representam já 10 % do total de aprendizes.

Com todas estas iniciativas, o governo quer evitar cair nos erros anteriores, como o cometido durante a chegada em massa de turcos no início dos anos 60 do século passado. Na altura, foi facilitada a entrada, porque eram necessários trabalhadores para alguns setores, mas, uma vez no país, não foi fomentada a qualificação profissional nem a aprendizagem da língua.

Não obstante, existem outras barreiras para lá do idioma e da qualificação profissional, como, por exemplo, a burocracia da documentação. Para ajudar nesse plano, a Fundação Alemã para a Integração oferece anualmente um mentor pessoal a 150